

Título: Faxinal do Salso: embate dos faxinalenses com chacareiros e o poder público local acerca da territorialidade, meio ambiente, identidade étnica, sustentabilidade e saúde.

Emanuel Menim¹

**FAXINAL DO SALSO: EMBATE DOS FAXINALENSES COM
CHACAREIROS E O PODER PÚBLICO LOCAL ACERCA DA
TERRITORIALIDADE, MEIO AMBIENTE, IDENTIDADE ÉTNICA,
SUSTENTABILIDADE E SAÚDE.**

RESUMO

Este artigo propõe a análise dos conflitos socioambientais existentes no Faxinal do Salso, localizado em Quitandinha, Paraná. A construção do sujeito mobilizado em movimento social nos faxinais do estado alcançou essa comunidade e trouxe à tona conflitos antes latentes, mas que desde então se manifestam de modo crescente. Os objetivos da discussão estão primeiramente focados em entender o que são os faxinais, quem são os faxinalenses e o que é a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF). A seguir, busca-se perceber a atuação dos faxinalenses por meio do movimento social, ou seja, da APF, e também como esta organização está ligada a construção de sua identidade étnica – propulsora do acirramento do conflito entre estes e os chacareiros e autoridades públicas locais. Através de entrevistas, de observações de campo, dentre outras fontes, como também de uma bibliografia disponível busca-se retratar de modo específico a configuração dos conflitos atuantes no faxinal do Salso em relação à territorialidade, identidade étnica, meio ambiente, sustentabilidade, saúde, bem como os anseios, lutas e conquistas deste povo tradicional.

Palavras-chaves: faxinalenses, conflito socioambiental, movimento social, identidade étnica, territorialidade.

¹ Graduado em Ciências Sociais e mestrando em Sociologia, ambos pela UFPR. E-mail: emanuelmenim@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é divulgar resultados de pesquisa realizada no Faxinal do Salso, em Quitandinha, Paraná. Basicamente se verificam os conflitos existentes em torno da territorialidade, identidade étnica, saúde, meio ambiente e sustentabilidade. De um lado, faxinalenses, e de outro lado, chacareiros e autoridades locais. O objetivo dos primeiros é a continuidade de seu modo de vida e a manutenção e ampliação de seus espaços físicos de reprodução social e animal. Os demais buscam a desativação do faxinal e o cercamento das terras, ou seja, a individualização dos espaços físicos de reprodução social e animal.

Faxinalenses são povos tradicionais de formação social que tem como característica principal o criadouro comum, o uso coletivo da terra e dos recursos hídricos e florestais disponíveis em seus territórios. Os animais, privados, são criados a solta e em espaços comuns. Neste espaço, apesar de guardar variações de uma comunidade para outra em sua composição, há moradias cercadas em pequenas áreas de terras, os quintais, lugar onde cultivam a policultura alimentar de subsistência que são separadas do criadouro e que são muitas vezes compostas de milho, feijão, arroz, fumo, dentre outros. Assim, um território composto e complexo que combina uso comum de recursos e apropriação privada da terra é característica marcante dos faxinais.

A questão central dos conflitos que acontecem nos Faxinais gira em torno da territorialidade. Há décadas que o modelo da agricultura convencional e a mercantilização das terras avançam gradualmente sobre os territórios faxinalenses. Além disso, há também os chacareiros que na ótica daqueles são pessoas aposentadas que não dependem da vida na cidade e procuram um pedaço de terra encontra-a em meio aos faxinais. Os chacareiros não compreendem o modo de vida faxinalense e por isto cercam suas terras diminuindo o território do faxinal, diminuindo o espaço físico de reprodução social. Este é o recorrente motivo de conflito entre faxinalenses e chacareiros.

Este cenário de ameaça aos territórios tradicionais pelo avanço da agricultura convencional e dos chacareiros nas últimas décadas foi motivo suficiente para que em agosto de 2005 fosse realizado em Irati, Paraná, o 1º Encontro dos Povos de Faxinais. Neste encontro a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) surgiu como um movimento social que tem como proposta a valorização cultural e social juntamente com o direito de existir destes, bem como a busca da luta pela terra e por um modelo sustentável de produção adaptado ao seu modo de vida.

Há avanços conquistados pela APF tanto em relação ao poder público como no reconhecimento da territorialidade faxinalense por Leis Estaduais, Municipais e Federais. Há vitórias também no âmbito organizacional, na mobilização de novas comunidades e na divulgação da **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. No entanto, apesar destes avanços, o maior conflito continua sendo, em grande medida, a perda de territórios para os chacareiros e para o agronegócio. Desta forma, o espaço físico de reprodução cultural diminuiu drasticamente nos últimos anos.

É considerado faxinalense aquele sujeito que se identifica como tal, num processo de autodefinição. Quando uma comunidade tem em seus membros - que por suas práticas particulares e comuns, tanto econômicas, sociais, quanto culturais – um sentimento que os põe ligados, e quando o indivíduo identifica no outro semelhanças referentes à origem, costumes, tradições e práticas, é então que temos uma comunidade, ou o sentimento de comunidade entre seus participantes. Portanto, não é a cultura deste ou daquele produto da terra, como a erva mate ou a criação de animais a solta, por exemplo, que define as comunidades que são ou não faxinalenses, e sim os símbolos que norteiam as relações compartilhadas no grupo, os traços comuns que os identificam uns com os outros dentro deste grupo, além do reconhecimento das diferenças marcantes assumidas em comparação aos de fora da comunidade. Dessa forma, é o sentimento de pertença a uma comunidade e não o encaixe em categorias pré-determinadas que os define. É através das relações sociais das quais participa que o ator social faxinalense se representa. Touraine diz que

(...) o apelo à identidade apóia-se no recurso a um garante metassocial da ordem social, em especial a uma essência humana ou simplesmente à pertença a uma comunidade, definida por valores ou por um atributo natural ou ainda histórico. (...) O apelo à identidade torna-se um apelo, contra os papéis sociais, à vida, à liberdade, à criatividade. (...) o apelo individual ou coletivo à identidade é o reverso da vida social, enquanto esta é uma rede de relações, o espaço da identidade é ao mesmo tempo o dos indivíduos, das comunidades e dos Estados. (TOURAINÉ, 1996, p. 113 – 114)

Cada comunidade, em virtude da criatividade a que se refere Touraine, tem suas características próprias, marcadas pelas suas vivências e sua história baseada na tradição oral, onde os costumes são passados de geração em geração e mesmo que haja mudanças neles - pois não são estáticos, mas vivos - são estes construídos socialmente e muitas vezes percebidos como algo que os diferencia dos que não participam da sua comunhão étnica. Não podem as comunidades de faxinais serem todas iguais, pois,

apesar de alguns traços mais ou menos comuns, não são todas a mesma comunidade, mas várias delas espalhadas por vasto território.

TERRITORIALIZAÇÃO, IDENTIDADE ÉTNICA E O ACIRRAMENTO DOS CONFLITOS NO FAXINAL DO SALSO, EM QUITANDINHA, PARANÁ.

O Faxinal do Salso pertence à cidade de Quitandinha – parte da Região Metropolitana de Curitiba que dista 71,1 km da capital paranaense – que está situada na bacia hidrográfica do Rio Iguçu. Ela é resultado de um desmembramento dos municípios de Contenda e Rio Negro no início da década de 1960. Em sua área territorial, 446,396 km², a população se divide em 3.046 moradores em zona urbana e 12.226 em zona rural, totalizando 15.272² habitantes. Portanto, esta é uma cidade predominantemente rural.

Habitam no Faxinal do Salso aproximadamente 50 famílias das quais 25 se auto-reconhecem como faxinalenses, e a maioria tem criações. Práticas consideradas tradicionais que ainda persistem são as do mutirão para cercas e para o preparo da erva-mate, a criação do animal a solta, assim como a partilha da carne e as trocas de produtos das hortas, que continuam existindo em todos os quintais. No entanto, a lavoura é coisa rara, pois são poucos os que ainda lidam com ela. A maioria das pessoas que têm emprego formal ou informal são homens. Estes, solteiros ou casados, encontram emprego atualmente fora do faxinal, seja na construção civil, no funcionalismo público ou na iniciativa privada. Apesar disso, contudo, retornam à comunidade todos os dias os que trabalham por perto, ou sempre nos dias de folga os que exercem suas profissões longe de casa, pois lá residem e continuam vivendo muitas de suas práticas e costumes.

Foi a partir da década de 1980 que os chacareiros foram se instalando na região. Estes usam a terra para plantar roças, para criar animais fechados ou cultivar pinus para vender às serrarias. Segundo os faxinalenses é comum que eles desmatem para dar lugar as suas práticas. Em princípio o relacionamento entre os moradores que gozavam desses dois modos de vida distintos era pacífico, contudo não tardou para que os antigos moradores percebessem mudanças em relação ao território, pois era comum o novo morador cercar sua terra, gerando descontentamento do povo tradicional. Os conflitos entre faxinalenses e chacareiros não eram alarmantes, e embora estes agissem como achassem melhor, aqueles não protestavam publicamente diante das mudanças que

² FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000. Porém, o IBGE lançou em 2009 as “estimativas das populações residentes”, onde Quitandinha aparece com uma população estimada em 16.608.

aconteciam a sua volta. O encurtamento dos espaços de reprodução dos animais através do cercamento de parte das terras e da construção de novos mata-burros e a consequente superpopulação de bichos – quando a mata não é mais suficiente para alimentar os animais – foi o que chamou a atenção dos faxinalenses e os deixou cada vez mais descontentes. O desmatamento também foi motivo de preocupações. Estas questões quase geraram a desativação do criadouro, e com certeza engendraram o temporário enfraquecimento da coesão do grupo. Segundo a entrevista cedida pelo Faxinalense A3 (2009, o povo tradicional não se manifestava porque não havia organização entre eles e nem o conhecimento de leis e direitos que os amparassem – instrumentos necessários para a luta.

Também, na ótica desse povo, a forma de resolver os problemas advindos da invasão dos seus animais nas hortas e lavouras dos chacareiros não estava certa. Estes não entendiam, e ainda não entendem que a única forma de manter os animais fora de suas terras é cercando corretamente o espaço, ou seja, com 8 a 12 fios de arame, como era costume no local. Mas, ignoraram o costume e procuraram agir da forma como lhes aprouvesse, portanto, o que habitualmente acontecia era que prendiam o animal invasor e cobravam um resgate, alegando que o bicho havia comido parte de seus produtos da terra. O faxinalense, silencioso ainda, pagava os danos. Ou, em outros casos mais graves, os chacareiros machucavam e até aconteceram casos de matarem animais.

Em 2005 a APF iniciou o processo de organização do movimento social no Paraná. Nesta época os moradores do Salso receberam a visita de Luis Almeida Tavares que trocou um trabalho que atingiu toda a comunidade, a começar pelos faxinalenses que passaram a ter conhecimento da importância do seu modo de vida, e que este é entendido como tradicional, objeto de leis específicas, portanto, que eles tinham direitos referentes a esta forma de viver que os possibilitava sair da condição de invisibilidade diante da sociedade, e de vizinhos passivos para os chacareiros.

Parece que desde a chegada de Tavares que se fizeram sentir mudanças sensíveis nas relações dentro do Faxinal do Salso. Apesar da discordância entre os antigos moradores da comunidade que tinham relacionamentos estáveis há décadas, e em alguns

3 Em virtude dos conflitos que tendem a um acirramento ainda maior na região estudada, acreditamos ser necessário que os nomes tanto de faxinalenses como de chacareiros sejam poupados. Por isso, usaremos outra forma de nominá-los, como Faxinalense A, Faxinalense B, Faxinalense C, e Chacareiro X, Chacareiro Y. Os secretários municipais e o vereador entrevistados serão citados de maneira formal porque são pessoas públicas, por isso torna-se desnecessária a ocultação de seus nomes.

casos grau de parentesco – e que ocasionou divisão entre o grupo –, aconteceu o fortalecimento da coesão entre os remanescentes. Havia uma grande dificuldade de representação dos interesses dos faxinalenses no Salso, e a unidade havia sido abalada nas últimas décadas em virtude das mudanças que os chacareiros empreenderam no local. Contudo, a partir da APF, há uma mudança sensível na maneira de perceber e lidar com os conflitos cotidianos, com a luta em prol de direitos territoriais, nas questões referentes à organização e coesão do grupo, como destacado pelo faxinalense do Salso.

Ah, mudou muita coisa. Principalmente a organização. Se organizar o povo luta. O povo tem o conhecimento das leis e busca na Articulação Puxirão. Aí, nós podemos chegar perante o poder público cobrar e saber se defender, porque sem isso aí o faxinalense não tem força, não tem conhecimento. Então, pra mim, acho que é isso, cada vez mais se organizar e estar participando. Sempre participando de reuniões, de encontros e debatendo, e, então, acho que esse é o fato fundamental para o faxinalense buscar resistência. Buscar um conhecimento que vai criando as leis estaduais, as leis federais (...). Então, como nós não temos a lei municipal, estamos querendo buscar mais faxinais para consegui-la, porque sem mais faxinais nós não vamos conseguir reivindicar esta lei. (FAXINALENSE A, 2009)

Os conflitos da região na atualidade variam desde o problema da territorialização até o dos discursos. Há muita contradição entre o que dizem as partes sobre muitos assuntos. Apesar disso, tanto faxinalenses quanto chacareiros acreditam que antes da APF não existiam conflitos. Isso pode ser percebido na fala a seguir.

Conflito foi de pouco tempo que começou. Foi meio depois [da APF]. Antes não havia esses conflitos. Quando os chacareiros vinham, cercavam e pronto. Nós achávamos ruim, mas não conhecíamos direito nenhum (...) Nunca ninguém ia falar, pois não adiantava ir falar. Só de boca eles (...) nem iriam escutar. Eles diriam: não, mas eu comprei aqui e faço o que quero (...) daí, se prendessem [o animal] e eles avisassem, vinham para cobrar o dano (...) Mas, isso não era motivo de briga. Ninguém encrenava por aí por causa disso. (FAXINALENSE B, 2009)

Concordando com a fala da entrevistada acima, a mesma impressão tem o Chacareiro Y sobre a questão, quando diz que “comparando o antes da chegada dessa idéia [APF], a comunidade era muito mais harmoniosa.” (2010)

Ora, a fala da faxinalense revela que havia certa passividade dos moradores da comunidade em relação às atitudes dos chacareiros. Eles não reclamavam e não exploravam os conflitos latentes de modo a deixar evidente o que queriam. Tal atitude pode ser entendida como reflexo da falta de coesão do grupo, da ausência de uma organização que os dirigisse no sentido do atendimento de suas demandas referentes à administração dos espaços territoriais em que viviam, da falta de ciência no que tange as leis. Também, é possível perceber que embora houvesse conflitos concretos – pois o

descontentamento era sentido entre os membros da comunidade e é possível que os faxinalenses entre si se queixassem uns aos outros manifestando suas opiniões contrárias as dos chacareiros e desagradadas com o que estava acontecendo dentro do Faxinal – não há o reconhecimento da maioria sobre a existência destes conflitos, pois parece que para muitos moradores esta palavra é sinônimo de brigas, desavenças e discussões diretas. É a falta desses tipos de interações conflitantes que gera nos moradores do Faxinal do Salso tal sentimento. Os chacareiros, como não estavam sendo incomodados pelas vozes e ações do povo tradicional, não percebiam que existiam pendências além da invasão dos animais em seus territórios, sempre resolvidos à vossa maneira. No entanto, a simples oposição já comprova a existência dos conflitos, que mesmo que não fossem aparentes eram latentes. Vejamos a fala a seguir.

Já existia [conflito], mas não sabíamos nos defender, não tínhamos conhecimento das legislações que nos amparam (...) quando chegou ao nosso conhecimento o movimento [social], a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, já estávamos sofrendo muitos conflitos pelos chacareiros estarem comprando terras [e] fazendo dentro do nosso território áreas de lazer, individualizando a terra quando era para uso comum de todos, desmatando, ou seja, descaracterizando o nosso modo de vida. (FAXINALENSE C, 2010)

Para Souza (2009), nos faxinais a identidade étnica manifestada também é reforçada através dos conflitos na relação com os antagonistas, o que aguça o sentido de pertença ao grupo e o reconhecimento de uma apropriação específica dos recursos naturais.

Subjetivamente, as expressões identitárias de pertencimento a um faxinal, ou seja, a uma modalidade de uso e apropriação dos recursos naturais, determinada pelo uso comum, informam distintas expressões territoriais de um mesmo agente social que se articula visando o acesso aos recursos naturais para o exercício de suas atividades produtivas, sociais, culturais e ambientais, consoante um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas num cenário de conflitos e tensões que historicamente impelem os faxinais e seus agentes sociais a estágios diferenciados de territorialização e por ora não se resumem a uma forma única e estática de modalidade de uso comum da terra descrita pela literatura. (2009, p. 51)

O conhecimento das leis levou ao acirramento dos conflitos e, por conseguinte, os faxinalenses passaram a ser ouvidos, conseguindo em muitos casos impor suas demandas.

Dentre as reivindicações dos faxinalenses organizados do Salso destaca-se a busca pelo reconhecimento de seus territórios como ARESUR. A importância disto é o direito de receber o recurso do ICMS Ecológico para melhoria da qualidade da área protegida no tocante a preservação ambiental. A comunidade tem conhecimento do funcionamento da lei, que determina ser a Prefeitura responsável por receber o recurso e

aplicá-lo na comunidade da forma que achar mais conveniente, ou necessária, através de diálogos com os moradores da ARESUR. Esta questão gera polêmica entre os lados opostos do faxinal do Salso, pois ela é vista pelos chacareiros como a propulsora do interesse dos moradores da comunidade em se definirem como faxinalenses. Vejamos o seguinte relato sobre o Tavares.

Teve um outro pesquisador que veio também fazer uma tese de doutorado e ele acabou ouvindo só um lado da comunidade e na verdade acabou denegrindo a forma como o processo foi conduzido e foi prometendo que esse pessoal iria reativar o faxinal e iria receber o ICMS ecológico em cima disso. (CHACAREIRO X, 2010)

Os antagonistas acreditam que parte da comunidade aceitou as propostas da APF de olho no ICMS Ecológico. Percebemos reincidência na fala de outro chacareiro.

A impressão que dá é que eles acham que se oficializar um faxinal aqui eles vão receber algum tipo de verba. A realidade, na minha opinião, é essa. (...) e o ICMS Ecológico não é assim que funciona. Vai para um fundo da prefeitura e a prefeitura vai decidir o que ela quer fazer com aquele recurso. (CHACAREIRO Y, 2010)

Essa percepção de identidade étnica forjada com vistas unicamente a vantagens econômicas é contraditória, pois o ator faxinalense não se mobilizou em virtude do ICMS Ecológico, mas em razão da organização política em torno de seus direitos sobre o território. O ICMS Ecológico é um importante recurso que diz respeito aos seus direitos territoriais, mas não é a única demanda referente a eles. Ademais, a identidade faxinalense se refere a uma cultura, a um modo de vida baseado em práticas e costumes tradicionais, e também a territórios tradicionais.

O DEBATE ACERCA DA SAÚDE, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

As questões da saúde do povo e da degradação do meio ambiente têm sido os principais argumentos dos entrevistados não-faxinalenses contra a continuação dos criadores em Quitandinha. Há, no município, várias comunidades que vivem com criação extensiva de animais, mas, apenas no Faxinal do Salso o povo assumiu a identidade étnica faxinalense pelo auto-reconhecimento. As demais têm sofrido com a pressão dos chacareiros para seu encerramento, e a falta de coesão e organização dos grupos, além da falta de conhecimento referente às leis, tem tornado cada vez mais precária a continuação do modo de vida tradicional nessas comunidades. Algumas já foram desativadas e outras ainda persistem, mas há cada vez mais dificuldades para a permanência delas.

As Secretarias municipais da Saúde e da Agricultura e Meio Ambiente, dirigidas por Jaqueline Ribas e por Norlon Paulo Gabardo, respectivamente, são as que se envolvem com essas questões nos faxinais, cada qual em sua especialidade. Os secretários, quando solicitados por alguma região em que há divergência entre seus moradores por causa dos animais a solta, dão palestras buscando esclarecer aquilo que do ponto de vista destas secretarias é o melhor para a saúde, agricultura e meio ambiente no município. Segundo Jaqueline Ribas

Nós, da secretaria da Saúde, vamos à comunidade não para dizer façam ou não façam, está certo ou está errado, porque essa não é nossa função. Nós vamos para levar informações acerca de saúde pública, onde nossa preocupação é com relação à contaminação por conta de fezes de animais ou de como é trabalhado essa questão dentro do faxinal, se há cercas nas hortas, entende? Pra que não haja uma contaminação pelas fezes para os moradores da comunidade. (2010)

Sobre a contaminação de rios e a transmissão de doenças por meio dos animais, Jaqueline acrescenta que gatos, ratos, cães, dentre outros, também transmitem verminose pelas fezes, portanto, o gado a solta apenas soma ao contingente de bichos que podem transmitir doenças. A carne do porco e a água contaminada não são os únicos que acarretam possíveis males à saúde, pois a próprio alimento da terra, quando não lavado corretamente, pode gerar doenças em virtude das fezes dos animais.

Norlon Paulo Gabardo não quis gravar entrevista. Entretanto, diz que apesar de não ser a favor da continuidade dos faxinais pelos inúmeros conflitos que existem no município por conta deste modo de vida, sabe que as leis são a favor dos faxinalenses, e ele, como funcionário, deve respeitar a lei independente da sua opinião. Contudo, acredita que a criação a solta é prejudicial, pois os animais urinam e defecam nos rios, causando riscos à saúde, e ademais, o gado pisoteia ou come as novas mudas impedindo a renovação de espécies florestais, o que é prejudicial ao meio ambiente.

Loir Esconiscki, presidente da Câmara dos Vereadores de Quitandinha, ex-faxinalense, corrobora com os discurso dos secretários quando diz que

Eu sei que existe a lei dos faxinalenses. (...) Por um lado nós temos muitas famílias no nosso município que são de pequenas posses. Elas não têm onde por o porco, o cabrito, o cavalo, a vaca deles. Então eles dependem de terreno de outros vizinhos que estejam em aberto para essa (...) criação poder ter o pasto. Mas, por outro lado, já que eu sou funcionário da saúde, e isso posso te falar de cadeira, é um pouco complicado porque o porco é uma vítima da neurocisticercose. E se nós formos fazer um levantamento hoje, em nível de saúde, aonde existe o criadouro nós temos vários casos de epilepsia. Algum caso diagnosticado, outro pode ser que ainda não. (2009)

Mas parte deste depoimento contradiz a fala da secretária da saúde.

Nós não temos nenhum levantamento feito com relação à contaminação em faxinais. Nós só vamos para orientar o que pode acontecer de uma forma geral. [Falamos sobre] a contaminação de seres humanos por fezes de animais, quais são as doenças que são transmitidas (...) [como] a hepatite, que pode ser [transmitida] por conta da água contaminada, pois o animal pode defecar na água. Tem a leptospirose (...) várias doenças que a gente relata para comunidade para a prevenção. (RIBAS, 2010)

A preocupação em relação à saúde e ao meio ambiente, por um lado, está limitada ao animal dos faxinalenses a solta pelos motivos já explicitados, e pela degradação do meio ambiente por causa da forma extensiva da criação animal. No entanto, em nenhum dos entrevistados não-faxinalenses vemos a preocupação com agrotóxicos, largamente utilizados pelos agricultores na região e que são, de modo incontestado, muito mais prejudiciais ao ser humano e à natureza. Há conhecimentos mais ou menos esperados e administráveis sobre a convivência de animais e seres humanos no mesmo espaço, haja vista que isso acontece desde o surgimento dos seres humanos no mundo. No entanto, há poucos conhecimentos sobre as consequências da convivência entre estes e agrotóxicos, ou entre o contato da natureza física e esses componentes químicos. No site da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), há algumas informações sobre as doenças e acidentes que podem ser provocados por agrotóxicos. Vejamos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde - [OMS](#), as intoxicações agudas por agrotóxicos são da ordem de 3 milhões anuais, com 2,1 milhões de casos só nos países em desenvolvimento. O número de mortes atinge 20.000 em todo o mundo, com 14 mil nas nações do terceiro mundo. Mas, acreditam os especialistas, as estatísticas reais devem ser ainda maiores devido à falta de documentação a respeito das intoxicações subagudas, causadas por exposição moderada ou pequena a produtos de alta toxicidade, de aparecimento lento e sintomatologia subjetiva, e intoxicações crônicas, que requerem meses ou anos de exposição, e tardiamente revelam danos como neoplasias. (<http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/vene3.htm>, em 1/12/2010)

Apesar disso, quando entrevistamos os secretários locais e o vereador, observamos uma louvável preocupação e cuidado da Prefeitura Municipal de Quitandinha referente à água que a população utiliza. Era costume, até poucos anos, que os moradores das zonas rurais fizessem uso das águas de rios e arroios, pois não tinham acesso ao fornecimento padrão da Sanepar, como acontece com o centro da cidade. Segundo a secretária da saúde entrevistada, Ribas (2010), há alguns anos um surto de hepatite deixou em alerta os técnicos da Saúde, que acreditam que o motivo da disseminação da doença tenha sido o uso das águas sem o devido tratamento, águas que ficam expostas, inclusive, às fezes dos animais. A prefeitura, então, elaborou um projeto

aprovado pela Sanepar e, com recursos próprios, investiu na construção de sistemas alternativos de águas para atender as comunidades que não tinham o serviço padrão prestado pela empresa estatal.

Nem todos os moradores do Salso usam o sistema alternativo de águas. Perguntamos aos faxinalenses se havia problemas de doenças por causa do animal a solta, ou por meio da contaminação das águas, e foi unânime a resposta: nenhuma dessas doenças aconteceu a ninguém dos moradores do Salso.

Pelo contrário, nós somos um povo que pouco visita o posto de saúde. Pra você ter uma idéia nós temos aí vizinhos e parentes que já chegaram a uma idade de 103 anos. Foi o caso do Alípio, que foi um tio meu. Ele viveu tomando água do rio, andando de pé no chão, comendo carne de porco crioulo, e tomando banho nesse rio. Nunca a gente soube que esse homem tivesse qualquer tipo de doença que precisasse ir e vir dos postos de saúde. (FAXINALENSE C, 2010)

Permeia, portanto, as falas dos entrevistados que não são faxinalenses as questões da saúde, meio ambiente e sustentabilidade, como destacados até aqui. As críticas à permanência da comunidade de Faxinal com animais a solta pode ser resumida na fala do chacareiro.

Eu sou neto de criadores de sistemas extensivos numa época, num período de quarenta anos atrás, aonde o que existia? Uma baixa densidade populacional no meio rural, uma alta densidade de frutas nativas e de alimentos pros animais e também uma baixa densidade de população de animais. (...) o que está acontecendo hoje aqui? Alta população de pessoas morando na comunidade, alta população de animais, quer dizer, o aspecto sanitário... Não existe preservação ambiental porque esses animais ficam (...) degradando nascentes, fazendo as necessidades nas nascentes (...). Eu tenho um outro colega [Chacareiro Y] que mora ha uns 800 metros daqui, também é técnico da EMATER, é biólogo, e ele fez a pós-graduação dele. A monografia que ele fez foi em cima, justamente, da recuperação de algumas espécies nativas aqui, dentro da comunidade do Salso, onde ele constatou que, em função da criação de animal solto, algumas espécies não estavam tendo recuperação natural nenhuma. Zero. Então, quer dizer, morreram as árvores velhas, acabou-se. (CHACAREIRO X, 2010)

É possível observar, levando em consideração a fala acima, um desequilíbrio ambiental na região pelo aumento da população, mas não concordamos com a ideia de precarização do meio ambiente pelo aumento da criação a solta da forma como foi dita. O chacareiro Y, quando entrevistado, disse que desde que chegou ao Faxinal do Salso, há dez anos, não percebeu que tenha aumentado significativamente o número de criações na comunidade. O que acontece é que os espaços de reprodução animal foram encurtados com a chegada dos chacareiros que impuseram seus limites espaciais em meio a um território tradicional que há séculos mantém as criações livres. Então, as condições necessárias para a manutenção do modo de vida tradicional foram

prejudicadas por fatores externos a comunidade faxinalense e não internos. Com isso, é necessário relativizar as questões da saúde e do meio ambiente na comunidade pensando que elas existem por causa de uma combinação de fatores: o aumento populacional em virtude da reprodução natural das famílias e da chegada de pessoas de fora da comunidade, e a diminuição dos espaços de reprodução social por causa da instalação de chacareiros no Faxinal do Salso.

Em campo, também, observamos a renovação de várias espécies de plantas na comunidade em questão, mas parece haver certa concordância entre as partes sobre a dificuldade de regeneração de parte da mata. O Faxinalense C diz que a mata “ainda se renova, mas não como nós gostaríamos de ver: um território muito bem potencializado pela diversidade de árvores frutíferas dentro do nosso território” (2010).

O Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007, refere-se a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que no Art. 3º define algumas questões, dentre elas o que se entende por desenvolvimento sustentável. Para o Estado é “o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras”. (BRASIL, 2007).

Deste modo, é possível, sem uma análise mais profunda dos fatos, concluir que o Faxinal do Salso não tem atendido a esse quesito. É o que pensam os entrevistados que não são faxinalenses. Entretanto, apesar dessas críticas, os moradores da comunidade acreditam que seu modo de vida tem sido prejudicado pelo que discutimos nas linhas acima, ou seja, pelo encurtamento dos espaços de reprodução social que engendra o desequilíbrio ambiental. Foi-nos contado que antes da chegada dos chacareiros cada criador tinha espaço mais que suficiente para a criação de animais, e embora hoje vivam em um número maior de famílias num espaço muitíssimo menor, acreditam que o ideal é que cada família tivesse pelo menos 20 alqueires de terra destinados à criação para equiparar as condições que tiveram outrora, guardando ainda as devidas proporções do aumento populacional. A crítica e defesa dos faxinalenses podem ser resumidas na fala do Faxinalense C.

Eles não conhecem a nossa realidade, não sabem nem mesmo o quanto de terra cada família precisa para se desenvolver dentro do território faxinalense, nem mesmo quanto de terra de planta cada faxinalense precisa. Então, não sabem da realidade que nós temos, da pouca terra pra desenvolver uma vida sustentável dentro do território faxinalense e com as terras de planta também. (...) Eles fazem olhares pelo sistema dominante que nós vivemos hoje, de grandes empresas, de grandes quadros urbanos, e dizem pra nós que vivemos um sistema atrasado. Mas, o que é esse sistema atrasado pra eles? Quem

causou esse atraso em nós? Foi a própria política que não trouxe uma educação de qualidade, não construiu nenhuma escola técnica voltada a nós do campo. (...) Mas, nós não somos um povo atrasado. Nós somos um povo muito inteligente. (...) O que precisa pra nós é que funcione uma política específica de territórios, de modo de vida, pra nós desenvolvermos a nossa cultura. Não precisa destruir essa natureza linda, cheia de árvores, cheia de rios pra dizer que somos adiantados. (...) É só respeitar que somos cidadãos, seres humanos normais iguais a eles. O que precisa é de uma oportunidade, de uma política de fortalecimento, e uma educação de qualidade pro nosso povo. Educação profissional pro nosso povo. Nós também temos capacidades iguais às deles. (2010)

A PNPCT, no Art. 3º, define também territórios tradicionais como sendo “os espaços **necessários** (grifo meu) a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais” (BRASIL, 2007).

Sendo assim, a grande questão a ser observada e trabalhada no Faxinal do Salso não é apenas a da saúde ou da sustentabilidade, tão criticada pelos antagonistas dos faxinalenses, pois ela nunca será ideal enquanto a territorialidade não for ideal. A grande questão é a do território tradicional. Então, é necessário que as autoridades busquem providências cabíveis para que a lei federal seja cumprida. A situação no Faxinal do Salso tende a se agravar tanto em aspectos ambientais e de saúde pública quanto em relações sociais enquanto o poder público em Quitandinha ignorar a existência dessa comunidade, e ignorar um território tradicional, de um povo tradicional. Por outro lado, será a justa legislação municipal que impulsionará o projeto de estabelecimento das garantias territoriais asseguradas pela legislação federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios dos faxinalenses vêm sendo diminuídos e expropriados nas últimas décadas. As comunidades restantes precisaram se organizar para enfrentar o problema da diminuição de seus espaços de reprodução social. A organização elevou o reconhecimento e fortalecimento da identidade étnica, deu maior coesão ao grupo, e eles estão mais informados sobre seus direitos e lutam por eles. A questão da territorialização nos faxinais sofreu mudanças desde que as comunidades se organizaram com a APF. O que consolidou a mudança foi, em princípio, a organização do povo em torno de um objetivo comum: a luta pela terra. Em consequência, legislações favoráveis, federal (PNPCT) e estadual (ARESUR) surgiram – dentre outras nas mesmas instâncias, além de algumas leis advindas de iniciativas particulares de determinados municípios. As leis mudaram as relações entre os faxinalenses, os chacareiros e o poder público.

No Faxinal do Salso não têm surgido novas cercas que impeçam a passagem livre dos animais e não há mais construção de mata-burros nas redondezas. Os faxinalenses desta comunidade têm esperança no ICMS Ecológico e estão se organizando para viabilizar este recurso. Eles ainda acreditam poder recuperar suas terras por meio da lei de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), mas é necessário muito trabalho e organização, além da documentação reconhecida sobre seus territórios atuais e os de outrora para que possam retomar parte do que já lhes pertenceu.

Há conflitos entre faxinalenses e chacareiros. Os primeiros têm um modo de vida que é pouco entendido pelos segundos que querem usar suas terras como acharem melhor. Certamente as leis estão do lado dos faxinalenses, porém elas não estão sendo cumpridas de maneira ideal. A fiscalização do município é pífia, principalmente por causa de interesses econômicos, pois como pudemos perceber por meio da entrevista realizada com o vereador Loir Esconiscki, os chacareiros têm um poder aquisitivo maior do que o dos faxinalenses que vivem de uma economia de subsistência. Por isso é interessante ao município manter os chacareiros nos territórios ocupados, pois há um impulso ao comércio local. Os não-faxinalenses entrevistados também acreditam que as práticas tradicionais do faxinal revelam um modo de vida atrasado, e que acarreta riscos à saúde do povo. Esse tem sido o principal argumento dos políticos e secretários envolvidos com a questão em Quitandinha a favor da desativação dos criatórios. No entanto, todos reconhecem que se os faxinalenses não aceitarem seus argumentos nada poderá ser feito, pois a legislação garante os direitos sobre territórios e modos de vida dos povos tradicionais.

É importante pensarmos que a chegada dos chacareiros no faxinal representa mais do que uma desestruturação física do espaço tradicionalmente constituído e utilizado. Esta presença também funciona como um catalisador de enfraquecimento de práticas e usos culturalmente constituídos e presentes no cotidiano destas famílias há séculos. Dessa forma, se eles conseguirem, legalmente, o reconhecimento como povos tradicionais, é necessário que os órgãos responsáveis lhes garantam a continuidade de seus modos de vida.

Portanto, é fundamental nos municípios aonde existem comunidades de faxinais, inclusive em Quitandinha, que haja uma conscientização do poder público local sobre a importância desses povos para que o preconceito que persiste em categorizá-los como povos atrasados seja superado, e que o símbolo dessa superação seja a criação de leis

municipais para assegurar de maneira eficaz os direitos outorgados pela lei federal aos povos tradicionais, detentores de territórios tradicionais.

FONTES

ENTREVISTAS

CHACAREIRO X. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 5/6/2010.

CHACAREIRO Y. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 5/6/2010.

ESCONISCKI, Loir. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 25/10/2009.

FAXINALENSE A. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 3/6/2010.

FAXINALENSE B. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 29/08/2009.

FAXINALENSE C. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 13/11/2010.

Paulo Norlon Gabardo. Entrevista concedida, mas não gravada, a Emanuel Menim, em 2/6/2010.

RIBAS, Jaqueline. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 2/6/2010.

LEGISLAÇÃO

PARANÁ. Lei do ICMS Ecológico (Lei Complementar n. 59/1991)

BRASIL. Decreto Federal 10.408/2006

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA R. M. Mapeamento social dos faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, A.W. B.;

SOUZA R. M. (org.). **Terras de Faxinais**. Manaus: UEA Edições, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **O retorno do Actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996